

O MÉTODO CLÍNICO E A RELEVÂNCIA DA PSICANÁLISE NO CONTEXTO ACADÊMICO E CIENTÍFICO

*Alexandre James Ferreira*¹

<https://doi.org/10.51356/rpp.461a6>

RESUMO: A Psicanálise, desde sua formulação, desafia os paradigmas científicos dominantes ao propor um método que prioriza a singularidade do sujeito, contrastando com a generalização das ciências naturais. Este texto analisa a relação complexa entre a Psicanálise e a ciência, destacando as tensões epistemológicas no âmbito acadêmico. Explora como o modelo experimental galileano e o positivismo lógico moldaram a visão de cientificidade, destacando sua inadequação para a Psicanálise, que se baseia em um método clínico. Argumenta-se que a Psicanálise mantém sua relevância, enquanto reafirma a sua autonomia epistêmica. O texto propõe uma epistemologia que valorize a incompletude, indo além das limitações do paradigma naturalista para abarcar a especificidade e as contribuições únicas da Psicanálise no campo do saber.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise, epistemologia, método clínico, paradigma indiciário, singularidade.

INTRODUÇÃO

A relação entre a Psicanálise e a ciência é permeada por tensões epistemológicas que atravessam não apenas a história de ambas as disciplinas, mas também o cenário acadêmico. Desde a sua formulação por Freud, a Psicanálise se posiciona como um campo epistêmico autônomo, cuja metodologia clínica prioriza a singularidade do sujeito em detrimento da universalização e da replicabilidade demandadas

¹ Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF, Brasil. Mestre em Psicologia pela mesma universidade. Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). *E-mail:* alexandre.jamesf@gmail.com

pelas ciências naturais. Esse embate epistemológico reflete um conflito mais amplo entre abordagens que enfatizam o subjetivo e o singular e paradigmas que sustentam a objetividade, a mensuração e a verificabilidade.

Diante desse contexto, este estudo se debruça sobre os contrastes epistemológicos vivenciados no percurso acadêmico de um pesquisador em Psicanálise. Instigado a partir de experiências pessoais, analisa-se como a Psicanálise, frequentemente convocada a adequar-se aos critérios de cientificidade impostos pelas universidades, reafirma sua irreducibilidade epistemológica e ética. Essa postura, que desafia a hegemonia do paradigma experimental, destaca-se pela defesa de uma epistemologia própria, pautada na escuta e na interpretação do singular, em oposição à reificação de diagnósticos e à generalização de protocolos.

Propõe-se, assim, refletir nas implicações dessa disputa para a prática clínica e a pesquisa psicanalítica. Argumenta-se que o paradigma experimental, embora essencial para as ciências naturais, encontra limitações ao lidar com fenômenos humanos profundamente subjetivos. Em contrapartida, modelos alternativos, como o paradigma indiciário, oferecem uma abordagem mais compatível com as especificidades do campo psicanalítico. Ao reafirmar a atualidade e a relevância da Psicanálise como um saber singular e plural, este trabalho almeja contribuir para o debate sobre a diversidade de paradigmas científicos e a validade de epistemologias não universalizantes.

A PSICANÁLISE NA UNIVERSIDADE: CAMPO AUTÔNOMO E RESISTÊNCIA EPISTEMOLÓGICA

Desde o início de minha formação universitária, venho a deparar com contrastes epistêmicos que mobilizam e compõem o meu percurso pela academia. Ao percorrer uma formação de psicólogo na graduação e ao estender esse percurso com o exercício de um mestrado e doutorado em um programa de pós-graduação em Psicologia, pelo caráter heterogêneo e multiforme da área, considero as suas agitações epistemológicas indissociáveis da minha experiência universitária e posição perquiridora. Apesar das possíveis convocações a me posicionar frente a essas divergências epistemológicas durante a graduação, foi apenas no doutorado que me percebi visceralmente investido e mobilizado

pela tensão provocativa dessa desavença, ou até mesmo concorrência, de saberes. Ainda que tenha iniciado essa discussão por intermédio da desarmonia epistemológica em psicologia, a turbulência — angústia — suscitada em minha trajetória acadêmica e de estudo se deve a meu campo investigativo, que instiga o meu desejo de saber, não se subjugar ao modelo de ciência exigido por uma parcela de acadêmicos, cientistas, divulgadores científicos, psicólogos, ou, até mesmo, entusiastas e leigos.

Na Universidade, o pesquisador em Psicanálise é convocado a afirmar, cotidianamente, a irredutibilidade da experiência analítica, sua situação como um campo epistêmico específico e autônomo, com o seu próprio método e problemáticas. Essa é a tradição universitária (Aguilar, 2006), em virtude de a disposição metodológica freudiana não ceder às exigências impostas pela instituição universitária à Psicanálise (Rodrigues et al., 2005; Aguilar, 2006; Erlich & Alberti, 2008; Loureiro, 2002, citado por Kupermann, 2009; Kupermann, 2009; Andrade Filha, 2012; Rudge, 2012). A Universidade impõe suas exigências à produção psicanalítica, colaborando para que a Psicanálise não se transforme em uma teoria e prática ao abrigo de toda crítica (Garcia-Roza, 1995, citado por Kupermann, 2009; Fonteles et al., 2018). Ainda assim, o discurso analítico persiste em transgredir o discurso científico e suas disciplinas tradicionais — sobretudo a Medicina, a Filosofia e a Psicologia, com as quais a Psicanálise mantém vínculos mais estreitos (Althusser, 1984, citado por Kupermann, 2009) —, uma vez que a Psicanálise comparece por entre aquilo que escapa à ciência (Rodrigues et al., 2005; Aguilar, 2006; Erlich & Alberti, 2008; Rudge, 2012; Vorsatz, 2015).

O MODELO CIENTÍFICO GALILEANO E SUAS LIMITAÇÕES

A idealização da ciência conforme o modelo hipotético dedutivo e experimental atravessa a modernidade e está fortemente instalado em nossa época (Rudge, 2012), outorgando o método experimental como garantia de cientificidade (Köche, 1997, citado por Rudge, 2012). Galileu Galilei — que deu suporte à teoria heliocêntrica de Copérnico por meio de observações empíricas (Goodwin, 2005/2010) — estabelece o teste experimental como condição necessária para a validação da veracidade das hipóteses. Concebe-se o experimento como diálogo

entre razão e realidade. A princípio, a razão constitui um modelo hipotético dedutivo, para que se levantem perguntas à natureza, que esta responderá em registros quantitativos. Para Galileu, as hipóteses são apriorísticas. Já para Newton, as hipóteses físicas são resgatadas das experiências de forma indutiva, oferecendo uma interpretação indutivista do método científico (Köche, 1997, citado por Rudge, 2012), ou seja, a partir da observação minuciosa e sistemática de casos, o cientista conseguiria chegar a afirmações gerais acerca da natureza (Goodwin, 2005/2010).

No século XX, com o Círculo de Viena, implementa-se um projeto de unificação do campo das ciências e a busca de uma linguagem universal, partindo da lógica de que a ciência parte de induções. Rudolf Carnap — um dos principais representantes do positivismo lógico — propõe uma linguagem fisicalista, descrições em termos quantitativos, baseadas em pura lógica ou verificáveis empiricamente. Apenas estas são proposições científicas, em oposição às descrições metafísicas, estabelecendo a experiência como único jurado das teorias científicas. O princípio da verificabilidade determina que através da experiência pode-se concluir que uma proposição é verdadeira ou falsa. Karl Popper critica a teoria da verificabilidade, recusando a indução como o método da investigação científica. Propõe a falseabilidade como critério de limite entre o que é científico e o que não é. Nessa lógica, não é possível estabelecer de forma conclusiva uma proposição universal através da experiência, mas se pode testá-la pela tentativa de refutá-la, prová-la falsa. Logo, uma teoria só pode ser julgada científica se permitir que suas previsões sejam demonstradas falsas por algum evento que as contradiga. No entanto, a crítica de Popper não diminui o fato de que ele compartilha com o empirismo lógico a convicção de que existe uma unidade do método científico, decretando o método experimental — experiência das ciências da natureza — como central na definição do que é científico.

A Psicanálise não é passível de verificação ou falsificação mediante o método experimental e consequentemente não se presta ao paradigma naturalista. A posição de Freud quanto a isso é geralmente simplificada ou mal interpretada. A Psicanálise é um campo pautado na intervenção clínica — método clínico — incompatível com o modelo de lei científica de alcance universal, verificável ou falsificável

experimentalmente. Freud jamais desconheceu que essa especificidade histórica e epistemológica a distanciava do modelo regulado pelas ciências naturais e a desqualificava perante as convicções positivistas (Rudge, 2012). Para o autor, “Uma psicanálise não é uma investigação imparcial, científica, mas uma intervenção terapêutica; em si ela nada quer provar, quer apenas mudar algo” (Freud, 1909/2015, p. 237).

O MÉTODO CLÍNICO COMO ALTERNATIVA AO PARADIGMA NATURALISTA

As tentativas de torção da Psicanálise de forma que algum simulacro de teste empírico de sua validade seja possível nunca esmoreceram, apesar de Freud (1909/2015) ter dito nitidamente que o seu campo epistemológico é incompatível com isso. O método psicanalítico é irreduzível à testabilidade, é uma medida terapêutica que não quer provar coisa alguma, apenas alterar algo. Sendo, ao mesmo tempo, um método de tratamento e investigação, o que a psicanálise visa é minorar o sofrimento e atenuar a reiteração dos caminhos que levam ao pior (Rudge, 2012). A investigação dos fenômenos inconscientes — que, por definição, não se prestam à observação direta — fundamenta-se na interpretação de vestígios. Freud (1937/2018) ilustra claramente esse princípio em *Construções na análise*, ao caracterizar o trabalho do analista como, essencialmente, um trabalho de construção, ou seja, reconstituir, a partir de fragmentos e indícios, aquilo que permanece recôndito e inacessível à apreensão direta.

Não apenas a Psicanálise, mas toda forma clínica requer escuta e atenção àquilo que é inevitavelmente singular, que vai contra a tendência atual à reificação das formas de diagnóstico e protocolos de tratamento (Rudge, 2012). O método clínico é o que distingue irreduzivelmente a Psicanálise do cânone das ciências naturais — método experimental. A Psicanálise é um método de investigação e, ao mesmo tempo, uma intervenção clínica (Aguilar, 2006; Rudge, 2012). “Um dos méritos que a psicanálise reivindica para si é o fato de nela coincidirem pesquisa e tratamento” (Freud, 1912/2010, p. 114), “Como se a teoria avançasse pela relação viva com a necessidade clínica” (Motta, 2016, p. 55). Entretanto, é importante frisar que a centralidade da situação clínica como contexto de descoberta não exclui a possibilidade de aplicar os princípios psicanalíticos a outros campos, como

demonstra Freud em *O delírio e os sonhos na Gradiva* (1907/2015) e *Moisés e o monoteísmo* (1939/2018), ao evidenciar que a interpretação pode ser estendida à cultura, à arte e à história, por exemplo, desde que se preserve a lógica do inconsciente e a leitura dos indícios. “Pode aplicá-la tanto à história da civilização, ao estudo da religião e da mitologia como à teoria das neuroses, sem com isso violentar sua natureza. Ela não faz nem pretende fazer outra coisa que não seja desvendar o inconsciente na vida psíquica” (Freud, 1917/2014, p. 515).

Em sua radicalidade histórico-conceitual, o método clínico compreende duas condições paradigmáticas — próprias da clínica psicanalítica: as singularidades do sujeito e, portanto, a ideia de uma contemporaneidade entre pesquisa e tratamento. A concepção de método clínico é distorcida pelo ecletismo metodológico e pela predominância, na Psicologia Clínica mundial, de preceitos experimentais. Ao desprezar essas condições — singularidades do sujeito e contemporaneidade entre pesquisa e tratamento —, deturpa-se a noção de método clínico. Na clínica psicanalítica, a primeira dessas condições é essencialmente uma exigência ética, e a segunda, um fundamento epistemológico. O método clínico circunscreve — como variante fundadora e constitutiva — o método psicanalítico. Cabe assim questionar se, cativada por procedimentos experimentais, submetendo-se ao cânone científico da generalização a partir de amostragens, essa Psicologia Clínica não estaria afastando-se de uma abordagem do sujeito que considera a sua singularidade radical (Aguilar, 2001). O tratamento analítico não é mera aplicação técnica — pelo menos não da maneira como faz o engenheiro civil, que ao construir uma ponte aplica seus conhecimentos matemáticos e físicos. Tal posição metodológica permite levar radicalmente em conta o que há de específico no sujeito, antes de considerar o que nele é peça universal (Aguilar, 2006).

PARADIGMA INDICIÁRIO: UM MODELO EPISTEMOLÓGICO PARA O SINGULAR

Por volta do final do século XIX, aflorou no âmbito das ciências humanas um modelo epistemológico — paradigma indiciário — que, em oposição ao método científico hipotético dedutivo, se volta para a leitura e interpretação de sinais, indícios, detalhes aparentemente desprovidos de importância, dando abertura para a consideração do

que é próprio, subjetivo e contingente. Supõe-se que o método esteve presente como inspiração para a própria construção do campo psicanalítico (Ginzburg, 1989; Rudge, 2012). Com efeito, em seu famigerado *Construções na análise*, ao pontuar que o analista tem como tarefa “construir o que foi esquecido com base nos indícios deixados” (p. 330), Freud (1937/2018) alude à relação de sua prática clínica com o recurso indiciário. Tal como, em suas robustas *Conferências introdutórias à psicanálise*, ao prestar um símile entre a administração da justiça e o julgamento do sentido de um ato falho:

“Quando, diante do juiz, um acusado confessa seu crime, o juiz acredita na confissão; se, contudo, ele nega tê-lo cometido, o juiz não lhe dá crédito. Não fosse assim, inexistiria a administração da justiça e, a despeito de equívocos ocasionais, os senhores hão de concordar com esse sistema. [...] O que ofereço aos senhores é um compromisso temporário com base no símile do juiz e do acusado: os senhores admitem que é indubitável o sentido de um ato falho, quando quem o reconhece é o próprio analisando; em compensação, eu admito aos senhores não ser possível comprovar diretamente o suposto significado, quando o analisando se recusa a nos dar informação ou, naturalmente, quando ele não está disponível para nos fornecer essa informação. Nesse caso, como ocorre na administração da justiça, dependeremos de indícios, os quais poderão tomar uma decisão ora mais, ora menos provável. Em um tribunal, uma condenação baseada em provas indiciárias se dá também por razões práticas. Nós, de nossa parte, não temos essa necessidade; nem por isso, todavia, somos obrigados a renunciar à exploração de tais indícios” (Freud, 1916/2014, pp. 66-67).

O modelo indiciário deriva dos escritos do médico Giovanni Morelli, que, sob o pseudônimo de Ivan Lermolieff, propunha um método para distinguir pinturas originais de cópias e falsificações, recomendando-se a atenção aos pequenos detalhes, de mais difícil imitação. Freud (1914/2012) revela em *O Moisés de Michelangelo* ter conhecido o método morelliano pelos ensaios por ele publicados, antes do surgimento da Psicanálise. Descreve a semelhança entre o método de Morelli e a técnica psicanalítica, atentos para coisas tidas

como pouco relevantes, que desinteressam a outros pesquisadores (Ginzburg, 1989; Rudge, 2012):

“Muito antes de eu ouvir falar em psicanálise, soube que um conhecedor de arte russo, Ivan Lermolieff, cujos primeiros ensaios foram publicados em alemão entre 1874 e 1876, havia causado uma revolução nas galerias da Europa questionando a autoria de muitos quadros, ensinando como distinguir entre cópias e originais de forma segura e construindo novas individualidades artísticas a partir das obras liberadas de adjudicações anteriores. Ele chegou a isso deixando de lado a impressão geral e os grandes traços de uma pintura e sublinhando a importância característica de detalhes secundários, de pequenas coisas como o desenho das unhas, dos lóbulos das orelhas, das auréolas de santos e outros pormenores não considerados, que o copista descuida ao imitar e que, no entanto, cada artista executa de maneira própria. Foi de grande interesse para mim, então, saber que por trás do pseudônimo russo se escondia um médico italiano chamado Morelli. Quando morreu, em 1891, ele era senador do reino da Itália. Acredito que seu procedimento era bastante aparentado à técnica da psicanálise médica. Também essa costuma adivinhar coisas secretas e ocultas a partir de traços menosprezados ou não notados, a partir da escória — do ‘refuse’ [refugo] — da observação” (Freud, 1914/2012, pp. 283-284).

O paradigma indiciário não cabe nos princípios de cientificidade do paradigma galileano (físico-matemático), para o qual o singular não tem lugar (Ginzburg, 1989; Rudge, 2012). Não é por outro motivo que retirou-se do texto lacaniano a pretensa denúncia de uma forclusão do sujeito pela ciência moderna (Rudge, 2012). A censura decisiva desse cenário é constituída pelo surgimento de um paradigma científico centrado na física galileana, que se revelou mais duradouro do que esta. Ainda que a física moderna não possa ser definida como galileana — mesmo não tendo renegado Galileu —, o seu significado epistemológico para a ciência permaneceu intacto (Ginzburg, 1989). Galileu construiu a representação de universo que ainda mantemos hoje, apesar de todos os progressos que possam ter decorrido na Física a partir da primeira metade do século XVII (Noël, 1992/1994, citado por

Châtelet, 1992/1994). A realidade que conhecemos se fabricou em torno da imagem de mundo galileana (Châtelet, 1992/1994).

A ciência moderna promove o estabelecimento de uma linguagem — matemática — universalizante (Vorsatz, 2015). A matemática torna-se a principal forma de demonstração em ciência, pelo seu valor universal e axiomático, e a partir do modelo da física clássica emerge uma ideologia de supressão do singular (Ginzburg, 1989; Rodrigues et al., 2005; Rudge, 2012). A proposta do paradigma indiciário — assim como do método clínico — é pensar fora deste modelo hegemônico de ciência, na qual a generalização é o parâmetro básico (Rudge, 2012). Para o paradigma naturalista, quanto mais os traços singulares são considerados pertinentes, mais se desfaz a possibilidade de um conhecimento científico rigoroso, de modo a se abrirem duas vias: o sacrifício do elemento *sui generis* à generalização, ou a construção de um novo paradigma. A organização quantitativa das ciências naturais a partir de Galileu colocou as ciências humanas em um infortunado dilema: admitir um estatuto científico frágil e alcançar resultados relevantes, ou aderir a um estatuto científico rigoroso e deparar-se com resultados de pouca relevância (Ginzburg, 1989).

Ginzburg coloca em cena a questão de dois paradigmas a escolher: a busca do universal, idealmente em linguagem matemática e mediante o método experimental — quantificável e replicável —, que foi a via da ciência natural (Ginzburg, 1989; Rudge, 2012), ou o empenho de construir um novo paradigma, voltado para o singular, no qual o método clínico se abrigaria. Na escolha entre esses dois paradigmas, o prestígio das ciências da natureza, muitas vezes, se sobrepõe à escuta do singular e ao método clínico (Rudge, 2012). Ao contrário de perseguir os pressupostos das ciências naturais, é necessário que a pesquisa em Psicanálise reconheça a especificidade de seu objeto (Lo Bianco, 2003, citado por Sonada, 2018).

Jorge (1987), na apresentação da coleção *Transmissão da psicanálise*, situa a seguinte questão: “Psicanálise — uma ciência?” (p. 3). Acrescentando que:

“Se a transmissibilidade na ciência pode ser formulada através de indicações técnicas intersubjetivamente testáveis, o particular do caso a caso da clínica psicanalítica derroga de saída a viabilidade

do projeto. Um transmissível que considere a perda de verdade inerente à instalação do saber é o que requer do psicanalista a reinvenção perene da própria psicanálise. Prática de enunciação, cuja teoria — produzida a partir da ignorância que aflige o ser falante face às questões cruciais da morte, do sexo, do nascimento e da loucura — ganha cidadania junto aos enunciados científicos. É o testemunho desta intrusão virulenta do sujeito nos pressupostos objetivantes da ciência” (Jorge, 1987, p. 3).

Para Popper, a Psicanálise representa tudo o que a ciência se proíbe, na medida em que seus argumentos são tais que nenhum fato empírico pode refutá-los. Em contrapartida, Althusser situava sua função no eixo da pluridisciplinaridade e no campo das humanidades. Com efeito, a Psicanálise nasceu do interesse de Freud por diversos campos do saber — origem de sua defesa de uma psicanálise laica (Aguiar, 2006). À vista disso, onde se situa a disciplina freudiana? Qual é o seu lugar em um espaço que ainda não existe? Quais são suas não-fronteiras com disciplinas vigentes? Tal é a questão que persegue a elaboração de Lacan e, não seria exagerado afirmar, a elaboração de Freud. Persiste, em ambos, um paradoxo expresso com dupla inquietação: desprender a Psicanálise da disciplina que se apresenta como a mais próxima dela, a Psicologia, e aproximá-la de outras que, supostamente, dela estão afastadas, como a Sociologia, a Antropologia e a Etnologia. Lacan responde a Althusser que a articulação da Psicanálise com as ciências humanas se faz por via da linguística e da lógica (Neveau, 2004, citado por Aguilar, 2006), entretanto opta por situá-la em um lugar específico fora da ciência, o que não significa fora de rigor (De Neuter, 1988, citado em Aguilar, 2006). Na discussão referente à cientificidade da Psicanálise, reina uma considerável confusão: os interlocutores não se entendem pois não falam a mesma língua — termos como “ciência”, “realidade”, “verdade” e outros possuem significações diversas para cada um deles, tendo como resultado uma babel de conhecimentos (Mezan, 2002, citado em Aguilar, 2006). Para o filósofo Gérard Lebrun, cada saber constrói a sua própria racionalidade, em contraste com a ideia de uma razão universal que se expressaria em todas as criações intelectuais do ser humano (Lebrun, 1977, citado em Mezan, 2002).

TENSÕES E POSSIBILIDADES DA PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA

No cenário contemporâneo, a Psicanálise enfrenta desafios significativos, tanto no campo científico quanto no social. A hegemonia dos modelos neurobiológicos e das terapias comportamentais apresenta uma concorrência crescente, que muitas vezes relega a Psicanálise a uma posição secundária. Essas abordagens, ancoradas em paradigmas experimentais e em soluções rápidas, como medicações e terapias de curto prazo, contrastam com o método clínico psicanalítico, que prioriza o sujeito, a singularidade e a complexidade de sua experiência.

O modelo cognitivista-neurobiológico, por exemplo, aparenta suplantando o modelo freudiano em diversos contextos. Gérard Pommier, em *Como as neurociências demonstram a psicanálise* (Pommier, 2004/2007, citado por Žižek, 2006/2010), tenta reduzir a Psicanálise ao domínio das neurociências, tomando o prestígio científico destas como empréstimo (Žižek, 2006/2010). Essa tentativa, no entanto, reflete uma deturpação epistemológica da Psicanálise, que não se presta ao reducionismo das ciências naturais. Thomas (2011, citado em Rudge, 2012) critica essa abordagem, observando que ela sacrifica a essência do método clínico psicanalítico — a escuta do singular e a consideração do desejo do sujeito — em favor de um determinismo neurocientífico.

Na clínica psiquiátrica, a Psicanálise também tem perdido terreno para a medicação e para terapias comportamentais (Žižek, 2006/2010). As pílulas, rápidas e aparentemente eficazes, muitas vezes tomam o lugar da análise, considerada mais demorada e exigente. Essa substituição reflete uma mudança cultural que valoriza a eficiência imediata, mas negligencia o entendimento profundo dos sintomas e do sofrimento do sujeito.

No contexto social, a Psicanálise se depara com um ambiente que, em muitos aspectos, é o oposto da sociedade descrita por Freud em sua época. A imagem freudiana de uma sociedade repressora das pulsões contrasta com a permissividade hedonística que prevalece nos dias de hoje. Essa mudança cultural transforma a natureza dos sintomas e dos desafios enfrentados pela clínica (Žižek, 2006/2010). Contudo, como Žižek (2006/2010) argumenta, a Psicanálise não se limita a uma adaptação à sociedade; ela é uma prática que confronta os sujeitos com a dimensão mais radical de sua existência.

Lacan, em sua releitura de Freud, destaca que o escândalo da psicanálise não reside apenas em revelar que o “eu racional” é subordinado às pulsões irracionais, mas em demonstrar que o inconsciente tem sua própria lógica e gramática. O inconsciente não é desrazão, é um lugar de enunciação onde uma verdade traumática fala. Essa perspectiva confere à Psicanálise uma profundidade única, que se diferencia das abordagens voltadas para o bem-estar imediato ou a adaptação social. O foco da Psicanálise, segundo Lacan, não é proporcionar uma vida social bem-sucedida ou a realização pessoal, mas possibilitar que o sujeito enfrente os impasses de seu desejo (Žizek, 2006/2010). Esse objetivo se choca com a tendência contemporânea à generalização e à normatização, reafirmando a relevância da Psicanálise como uma prática que valoriza a singularidade do sujeito.

Apesar das críticas e dos desafios, o “funeral” da Psicanálise, como sugerem alguns de seus detratores, pode ser considerado prematuro (Žizek, 2006/2010). A Psicanálise continua a oferecer uma abordagem singular para os dilemas cotidianos, que não se reduz às demandas de cientificidade ou aos imperativos sociais de eficiência. Ao contrário, sua relevância persiste precisamente por sua capacidade de acolher a complexidade do desejo e de sustentar uma ética da singularidade em tempos marcados por soluções rápidas e generalizações.

Kuhn (1962/1998) destaca que todos os sistemas de crenças científicas são contingentes, dinâmicos e, conseqüentemente, estão em constante transformação. Assim, cada revolução científica — mudança de paradigma — redefine os critérios para determinar o que constitui um objeto de investigação relevante, quais métodos são válidos e quais objetivos podem ser alcançados. Na Psicanálise, esses mesmos aspectos são igualmente dinâmicos e, por essa razão, acham-se em permanente reinvenção. O saber psicanalítico é contingente e está, inevitavelmente, sujeito à substituição. Lacan (1956/1998; 1980/2003) e Roudinesco (2011) advertem sobre os riscos do repeteco — comentar como bíblia — para o trabalho analítico. O destino da Psicanálise e, inclusive, sua transmissibilidade estão relacionados à sua recriação (Almeida, 2006). A Psicanálise não subsiste pela repetição dos ensinamentos de Freud ou pela manutenção das tradições teóricas, mas por sua incessante renovação. No momento em que a Psicanálise — ou, mais amplamente, qualquer campo às voltas com

o desejo de saber — não tiver nada de novo a dizer, seu sepultamento não seria injustificável. Funeral que, por ora, no mínimo, permanece prematuro (Ferreira, 2025).

A INCOMPLETUDE DA CIÊNCIA: DIÁLOGOS ENTRE PARADIGMAS CIENTÍFICOS E PSICANALÍTICOS

Em sua obra *Il Saggiatore* [O ensaiador] (1623), Galileu aspira revelar como a natureza escreve em linguagem matemática. Para ele, a filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre diante de nossos olhos — o universo —, incompreensível até que se entenda a língua e os caracteres com os quais está escrito. Defende que o universo está escrito em língua matemática e que seus caracteres se apresentam sob a forma de figuras geométricas, cujos meios nos possibilitam compreendê-lo, evitando com que vaguemos perdidos dentro de um obscuro labirinto (Châtelet, 1992/1994). A ciência moderna constitui uma linguagem por meio da qual o real é apreendido, a linguagem da ciência é matemática. A Matemática passa a representar a linguagem científica por excelência. À medida que formula enunciados logicamente articulados sob a forma de equações, proposições e axiomas, representa um discurso. No entanto, esse discurso não remete e tampouco se dirige a um sujeito. Letras, fórmulas e equações que se articulam em enunciados, todavia sem lugar para a enunciação (Vorsatz, 2015).

Gödel, em seu primeiro teorema da incompletude (Detlefsen, 1998, citado por Rodrigues et al., 2005), demonstra como um sistema formal axiomático abarca a possibilidade de uma assertiva impossível de demonstração a partir do próprio sistema, no entanto necessária para garantir a consistência do sistema (Rodrigues et al., 2005). Em outras palavras, demonstra como há um furo no conhecimento, um saber impossível, um não-saber, no íntimo da linguagem científica (Rodrigues et al., 2005; Vorsatz, 2015). O teorema de Gödel surge em resposta às aspirações de Hilbert e Ackerman de que todas as fórmulas válidas logicamente pudessem ser demonstradas dentro de um sistema lógico quantificável de primeira ordem, sem que entrassem em contradição com o sistema. Após demonstrar a veracidade de tal proposição, buscou expandi-la para sistemas formais mais abrangentes, de modo a incluir sistemas que englobassem todos

os métodos conhecidos de demonstração matemática. Contudo, concluiu que mesmo sentenças aritméticas simples esquivam-se da ambição de provar ou refutar qualquer afirmativa derivável de um sistema lógico consistente, perturbando sua consistência justamente por entrar em contradição com este (Rodrigues et al., 2005). Dessa forma, desfaz-se a possibilidade de fundar uma certeza cabal concernente à linguagem da ciência. Sua estrutura é marcada por uma falta, ou seja, a linguagem científica revela-se incompleta (Rodrigues et al., 2005; Vorsatz, 2015).

Tendo em vista o teorema da incompletude de Gödel (Detlefsen, 1998, citado por Rodrigues et al., 2005), no qual um sistema axiomático comporta a possibilidade de uma assertiva impossível de demonstração a partir do próprio sistema (Rodrigues et al., 2005), ilustra-se que, em matemática, não há totalidade do saber, há um furo, um saber impossível — não há teoria matemática (sistema axiomático) que demonstre toda e qualquer assertiva (axioma). E ao considerarmos a afirmação de Lebrun (1977, citado por Mezan, 2002) a respeito de cada saber construir a sua própria racionalidade, em contraste com a ideia de uma razão universal que se expressaria em todas as criações intelectuais do ser humano, exemplificada na colocação de Mezan (2002, Citado em Aguiar, 2006) sobre reinar uma considerável confusão na discussão referente a cientificidade da Psicanálise, na medida em que os interlocutores não se entendem, pois não falam a mesma língua — termos como “ciência”, “realidade”, “verdade” e outros possuem significações diversas para cada um deles —, seria um exagero forjar um paralelo entre as teorias matemáticas (sistemas axiomáticos) e a pluralidade paradigmática presente no campo epistemológico? Pluralidade bem espelhada ao se falar de Psicologia, em função de sua variedade de sistemas psicológicos. Assim como em matemática existem assertivas que escapam a demonstração a partir de determinado sistema, não seria esse o caso em meio aos furos e contradições que vigoram por entre os diversos modelos epistemológicos? De modo a criticar o modelo de lei científica de alcance universal (Rudge, 2012) e o ideal de ciência ou ciência ideal (Erlich & Alberti, 2008), rompendo com o ideal universalizante da ciência (Coutinho et al., 2013). Nas palavras de Freud:

“Seria um equívoco acreditar que toda ciência se compõe apenas de proposições estritamente comprovadas, bem como seria injusto exigir que assim fosse. Tal exigência só faz um espírito que tem ânsia de autoridade, que necessita substituir seu catecismo religioso por outro, ainda que científico. Em seu catecismo, a ciência tem apenas algumas proposições apodícticas; o resto são afirmações que ela elevou a certos graus de probabilidade. Contentar-se com essas aproximações à certeza e, na ausência de comprovações derradeiras, ser capaz de dar continuidade ao trabalho construtivo é justamente um sinal do modo de pensamento científico” (Freud, 1916/2014, p. 67).

DISCUSSÃO

A Psicanálise, enquanto campo epistêmico específico e autônomo, oferece uma perspectiva alternativa no panorama da produção de conhecimento, em oposição ao modelo hegemônico de cientificidade. A ciência moderna, desde Galileu, instituiu uma lógica universalizante, caracterizada pela linguagem matemática e pelo método experimental, que busca reduzir a complexidade do mundo a proposições universais, replicáveis e verificáveis. No entanto, essa abordagem, por vezes, apresenta-se como uma ideologia, atribuindo à ciência um valor quase absoluto, confundindo-a com a própria racionalidade — os campos da História, da Política, da Psicanálise, da Psicopatologia se preenchem de indeterminações inevitáveis cuja condição naturalista somente os deformaria (Rudge, 2012). A Psicanálise, ao contrário, reivindica uma racionalidade própria, construída a partir da experiência clínica e do encontro com a singularidade do sujeito.

A análise crítica da ciência moderna revela suas limitações epistemológicas e éticas. A linguagem científica, como apontado pelo teorema da incompletude de Gödel (Dettelsen, 1998, citado por Rodrigues et al., 2005), demonstra-se incapaz de abarcar toda a complexidade do saber, apresentando lacunas que desafiam sua pretensa universalidade. Esse “não-saber” no cerne da linguagem científica expõe as contradições internas de um sistema que aspira à completude. Na Psicanálise, essas lacunas não são vistas como falhas, mas como pontos de partida — um não-saber essencial — para a exploração do desejo e das singularidades que escapam à generalização.

O método psicanalítico, por sua vez, recusa a ideia de um conhecimento objetivo e universal, privilegiando a singularidade do sujeito e o caráter ético do tratamento. Essa posição epistemológica, longe de ser uma fraqueza, representa sua maior força. Freud (1916/2014) ressalta como o pensamento científico, mesmo em seu rigor, precisa admitir as incertezas e as aproximações à verdade, sem recuar diante da incompletude.

Ao se contrapor ao paradigma galileano, a Psicanálise propõe um campo de produção de conhecimento que se define pela complexidade e pela subjetividade. O paradigma indiciário, identificado por Ginzburg (1989), serve como uma analogia apropriada ao método psicanalítico, privilegiando a interpretação de sinais, detalhes e singularidades. Esse paradigma valoriza o que o método experimental tradicionalmente despreza: aquilo que é próprio, contingente e subjetivo.

A Psicanálise também enfrenta o desafio de manter sua autonomia epistemológica em um contexto acadêmico que frequentemente exige alinhamento aos critérios de cientificidade dominantes. Essas exigências, entretanto, muitas vezes desconsideram as especificidades do campo psicanalítico, como sua impossibilidade de testabilidade experimental e seu foco na transformação subjetiva, mais do que na verificação objetiva.

Em meio aos desafios contemporâneos, como a ascensão dos modelos neurobiológicos e das terapias comportamentais, a Psicanálise reafirma sua relevância ao resistir às tendências generalizantes que desconsideram a singularidade do sujeito. A crítica ao modelo naturalista não é uma negação de sua importância, mas um chamado à reflexão sobre suas limitações e sobre a necessidade de epistemologias alternativas que reconheçam e respeitem a diversidade dos saberes.

Portanto, a Psicanálise se sustenta como um campo epistemológico autônomo, cuja legitimidade não depende de sua adequação aos paradigmas científicos dominantes, mas de sua capacidade de acolher e trabalhar com as complexidades do humano. Essa autonomia, alicerçada em sua ética e em seu método clínico, assegura sua relevância e atualidade em um mundo que, cada vez mais, carece de abordagens que priorizem o singular em detrimento do universal. A Psicanálise não apenas resiste às pressões da ciência hegemônica, mas propõe um contraponto necessário, destacando-se como um campo de saber que afirma a dignidade e a profundidade da experiência humana.

CONSIDERAÇÕES ABERTAS

Este trabalho reforça o posicionamento da Psicanálise como um campo epistêmico singular e autônomo, cuja prática e teoria se articulam de maneira inseparável, diferindo substancialmente dos paradigmas dominantes nas ciências naturais. A Psicanálise, ao rejeitar a testabilidade empírica e a generalização universal, sustenta sua especificidade epistemológica, evidenciando a importância de um método clínico que se debruce sobre a singularidade do sujeito. Esse método, alicerçado em uma ética e em uma contemporaneidade entre pesquisa e tratamento, oferece um contraste crítico e necessário frente à tendência atual de reificação de diagnósticos e protocolos na Psicologia, que frequentemente negligencia a complexidade e a subjetividade do sujeito.

A análise proposta ao longo deste texto destacou os limites e as inadequações do modelo científico galileano para abordar o campo da Psicanálise. O paradigma físico-matemático, que busca a universalidade e a replicabilidade como critérios de cientificidade, não encontra espaço para o singular, que é justamente a essência do objeto psicanalítico. Freud, em sua época, já compreendia a impossibilidade de submeter a Psicanálise aos modelos experimentais das ciências naturais, reconhecendo que o método clínico não visa provar teorias ou validar hipóteses, mas intervir na experiência subjetiva para atenuar o sofrimento e transformar o sujeito. Essa irreducibilidade do método psicanalítico à lógica experimental permanece um ponto central na defesa de sua relevância contemporânea.

Além disso, a análise evidenciou a pertinência do paradigma indiciário como uma alternativa epistemológica ao paradigma experimental. Esse modelo, que valoriza a leitura e interpretação de sinais, detalhes e traços aparentemente marginais, encontra ressonância profunda na prática psicanalítica. A Psicanálise, enquanto prática e teoria, opera justamente sobre aquilo que escapa à generalização, direcionando seu foco para o particular e para os elementos que outros métodos frequentemente ignoram. O recurso ao paradigma indiciário não apenas sustenta a especificidade do método clínico, mas também reafirma a dignidade do singular como um campo legítimo de investigação e intervenção.

A reflexão apresentada também revela um aspecto ético fundamental: a preservação da singularidade do sujeito em um cenário

acadêmico e clínico cada vez mais pressionado por modelos universalizantes e reificadores. A redução da experiência humana a categorias generalizantes, diagnósticos estáticos e protocolos uniformes desconsidera a complexidade do humano, desvalorizando o papel da subjetividade no campo da psicologia e das ciências humanas. A Psicanálise, ao se contrapor a essa tendência, reafirma não apenas seu método, mas também seu compromisso com uma abordagem que coloca o sujeito e suas particularidades no centro.

Nesse contexto, a Psicanálise enfrenta desafios significativos para sustentar sua posição na academia, especialmente diante da hegemonia de modelos cientificistas que buscam integrar todas as formas de conhecimento a um mesmo paradigma experimental. No entanto, como discutido, a especificidade da Psicanálise não é uma limitação, mas uma força que permite um olhar diferenciado sobre o sujeito, que escapa às generalizações. A relação intrínseca entre pesquisa e tratamento, e a atenção às demandas éticas e epistemológicas da singularidade, são as bases que sustentam a relevância contínua da Psicanálise.

Portanto, conclui-se que o reconhecimento da Psicanálise como um campo epistêmico independente, com métodos e problemáticas próprias, é essencial para sua sobrevivência e crescimento no contexto acadêmico e clínico. Ao mesmo tempo, o enfrentamento das pressões para se adequar aos modelos dominantes requer uma reafirmação constante de seu compromisso com o singular e com uma ética do cuidado que valoriza o sujeito em sua complexidade única. O futuro da Psicanálise depende de sua capacidade de sustentar esse posicionamento, reafirmando sua importância como uma prática e teoria que promove uma escuta radical e transformadora. É fundamental, no entanto, ressaltar que a crítica não estabelece um consenso sobre o estatuto científico da Psicanálise. Pelo contrário, ela reconhece as tensões epistemológicas que atravessam o campo, afirmando que a relação entre a Psicanálise e a ciência é marcada por conflitos e ambiguidades.

Agora, além de uma crítica, convida-se a um esforço ativo para avançar na construção de um saber que seja capaz de instigar a renovação e questionamento contínuo. Propõe-se uma reflexão sobre os valores, métodos e pressupostos que sustentam a produção e a transmissão do conhecimento. É essencial abordar um problema contemporâneo:

o atraso epistemológico que afeta um grupo amplo. Esse atraso frequentemente emerge como resistência ou incapacidade de integrar discussões epistemológicas contemporâneas e complexas, especialmente aquelas que desafiam paradigmas estabelecidos. Por isso, ao trazer à tona essas “agitações”, argumenta-se que, ao contrário de algo já superado, essa discussão faz parte de um trabalho inacabado.

O atraso epistemológico observado tanto dentro quanto fora do espaço acadêmico é uma realidade que exige constante enfrentamento. A epistemologia, enquanto campo que investiga os fundamentos e limites do conhecimento, é um pilar para evitar que paradigmas rígidos perpetuem uma visão estreita de ciência e sua prática. Em tempos de persistente atraso epistemológico, almeja-se a promoção de um debate necessário e contemporâneo, com o compromisso de revitalizar o pensamento crítico e a prática científica, assegurando que as discussões epistemológicas continuem a ser um eixo central e indispensável na formação e desenvolvimento das ciências.

ABSTRACT: Psychoanalysis, since its formulation, challenges dominant scientific paradigms by proposing a method that prioritizes the singularity of the subject, contrasting with the generalization of natural sciences. This text analyzes the complex relationship between Psychoanalysis and science, highlighting epistemological tensions within the academic sphere. It explores how the Galilean experimental model and logical positivism have shaped the vision of scientificity, emphasizing their inadequacy for Psychoanalysis, which is based on a clinical method. It is argued that Psychoanalysis maintains its relevance while reaffirming its epistemic autonomy. The text proposes an epistemology that values incompleteness, moving beyond the limitations of the naturalistic paradigm to encompass the specificity and unique contributions of Psychoanalysis to the field of knowledge.

KEYWORDS: Psychoanalysis, epistemology, clinical method, evidential paradigm, singularity.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, F. (2001). Método clínico: método clínico? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3), 609-616. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000300016>
- Aguiar, F. (2006). Questões epistemológicas e metodológicas em psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 105-131.

- Almeida, S. F. C. (2006). Transmissão da psicanálise a educadores: do ideal pedagógico ao ideal da (trans)missão educativa. *Estilos da Clínica*, 11(21), 14-23.
- Châtelet, F. (1994). A ciência da natureza. In Châtelet, F., *Uma história da razão: entrevistas com Émile Noël* (pp. 51-69). Jorge Zahar Editor Ltda. (Obra original publicada em 1992)
- Coutinho, D. M. B., Mattos, A. S., Monteiro, C. F. A., Virgens, P. A., & Almeida Filho, N. M. (2013). Ensino da psicanálise na universidade brasileira: retorno à proposta freudiana. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(1), 103-120.
- Erlich, H., & Alberti, S. (2008). O sujeito entre psicanálise e ciência. *Psicologia em Revista*, 14(2), 47-63.
- Ferreira, A. J. (2025). *Da transferência à transferência de trabalho: vicissitudes do percurso em psicanálise* [Tese de doutorado, Universidade Católica de Brasília]. Repositório da UCB. <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/3659>
- Filha, L. L. A. (2012). Psicanálise e universidade: questões sobre a formação do analista e o ensino na graduação em psicologia. *Revista Psicologia*, 1(1), 55-64. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v1i1.40>
- Fonleles, C. S. L., Coutinho, D. M. B. & Hoffmann, C. (2018). A pesquisa psicanalítica e suas relações com a universidade. *Revista Ágora*, 21(1), 138-148. <https://doi.org/10.1590/1809-44142018001013>
- Freud, S. (2015). O delírio e os sonhos na Gradiva de W. Jensen (P. C. de Souza, Trad.). In P. C. de Souza (Org.), *Obras completas* (Vol. 8, pp. 13-122). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1907)
- Freud, S. (2015). Análise da fobia de um garoto de cinco anos (P. C. de Souza, Trad.). In P. C. de Souza (Org.), *Obras completas* (Vol. 8, pp. 123-284). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1909)
- Freud, S. (2010). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise (P. C. de Souza, Trad.). In P. C. de Souza (Org.), *Obras completas* (Vol. 10, p. 111-122). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1912)
- Freud, S. (2012). O Moisés de Michelangelo (P. C. de Souza, Trad.). In P. C. de Souza (Org.), *Obras completas* (Vol. 11, pp. 272-298). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1914)
- Freud, S. (2014). Os atos falhos (P. C. de Souza, Trad.). In P. C. de Souza (Org.), *Obras completas* (Vol. 13, pp. 18-108). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1916)

- Freud, S. (2014). Teoria geral das neuroses (P. C. de Souza, Trad.). In P. C. de Souza (Org.), *Obras completas* (Vol. 13, pp. 324-613). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1917)
- Freud, S. (2018). Construções na análise (P. C. de Souza, Trad.). In P. C. de Souza (Org.), *Obras completas* (Vol. 19, pp. 327-344). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1937)
- Freud, S. (2018). Moisés e o monoteísmo (P. C. de Souza, Trad.). In P. C. de Souza (Org.), *Obras completas* (Vol. 19, pp. 13-188). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1939)
- Ginzburg, C. (1989). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In Ginzburg, C., *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (2.^a ed., pp. 143-180). Companhia das Letras.
- Goodwin, C. J. (2010). *História da psicologia moderna*. Editora Pensamento-Cultrix Ltda. (Obra original publicada em 2005)
- Jorge, M. A. C. (1987). Coleção: transmissão da psicanálise. In Jensen, W., *Gradiva: uma fantasia pompeiana* (pp. 3-4). Jorge Zahar Editor Ltda.
- Kupermann, D. (2009). Sobre a produção psicanalítica e os cenários da universidade. *Universidade de São Paulo*, 40(3), 300-307.
- Lacan, J. (1998). Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 461-495). Jorge Zahar Editor Ltda. (Obra original publicada em 1956)
- Lacan, J. (2003). Carta de dissolução. In J. Lacan, *Outros Escritos* (pp. 319-320). Jorge Zahar Editor Ltda. (Obra original publicada em 1980)
- Mezan, R. (2002). Sobre a epistemologia da psicanálise. In Mezan, R. *Interfaces da psicanálise* (2.^a ed., pp. 436-519). Editora Edgard Blücher Ltda.
- Motta, C. F. S. (2016). Transmissão da teoria na formação analítica. *Jornal de Psicanálise*, 49(91), 53-59.
- Rodrigues, A. C., Costa, C. A. R., Silva, M. E. A., & Silva, E. P. (2005). Psicanálise, saber e conhecimento. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, 17(2), 99-108.
- Roudinesco, E. (2011). *Lacan, a despeito de tudo e de todos*. Jorge Zahar Editor Ltda.
- Rudge, A. M. (2012). Destinos do método clínico na contemporaneidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 15(3), 512-523. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142012000300005>
- Sonada, K. C. L. (2018). O método psicanalítico e as condições da análise (e da pesquisa clínica): algumas recomendações. *Revista aSEPHallus*, 13(26), 90-112.

- Kuhn, T. S. (1998). *A estrutura das revoluções científicas*. Editora Perspectiva. (Obra original publicada em 1962)
- Vorsatz, I. (2015). O sujeito da psicanálise e o sujeito da ciência: Descartes, Freud e Lacan. *Revista Psicologia Clínica*, 27(2), 249-273.
- Zizek, S. (2010). *Como ler Lacan?* Jorge Zahar Editor Ltda. (Obra original publicada em 2006)